

A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: UM DIÁLOGO ENTRE TUTORA E TUTORANDA

VANESSA CAETANO DE SOUZA SOARES¹; RAYNE PLAMER KOHLER²;

LETÍCIA WEBER MILECH³

¹Universidade Federal de Pelotas – vanessacaetano2016@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – raynepk5@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – leticia.weber@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo refletir sobre a inclusão e a acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas, com enfoque principal na atuação da Coordenação de Acessibilidade (COACE). Essa coordenação tem um papel fundamental ao criar condições mais justas para os estudantes com deficiência, buscando diminuir as desigualdades no ensino superior através de ações concretas e eficazes. Uma das principais frentes de atuação da COACE é o Programa de Tutorias Acadêmicas, em que alunos da universidade participam de um processo seletivo para atuarem como bolsistas de acessibilidade. Esses tutores acompanham estudantes com deficiência de diferentes cursos, promovendo práticas que contribuem para um ensino mais inclusivo e sensível às necessidades de cada indivíduo.

A relação entre tutora e tutoranda, nesse contexto, vai muito além da sala de aula e se transforma em um vínculo construído com base no afeto, na confiança e no apoio mútuo. Essa convivência costuma ser um apoio importante para que o estudante Pcd se mantenha no curso, ao mesmo tempo em que também traz uma experiência de aprendizado e transformação pessoal bastante significativa para a tutora.

Como embasamento para esta discussão, recorreremos ao Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996), que não apenas assegura o direito à educação, mas também orienta a oferta de condições que respeitem as especificidades dos estudantes, garantindo igualdade de oportunidades. Somada a ela, a revisão sistemática apresentada no artigo *Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior* evidencia a importância de práticas institucionais voltadas à acessibilidade, ressaltando que a inclusão depende tanto de recursos materiais quanto de mudanças organizacionais e pedagógicas. Assim, compreende-se que a acessibilidade é requisito fundamental para o ingresso e, sobretudo, para a permanência dos estudantes no ensino superior.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A temática da acessibilidade no Ensino Superior tem ganhado cada vez mais relevância no campo acadêmico, especialmente em função do aumento significativo do número de estudantes com deficiência que ingressam nas universidades nas últimas décadas. Esse crescimento é resultado tanto das

políticas públicas de democratização do acesso à educação quanto do fortalecimento do debate social em torno dos direitos das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, o ingresso ampliado trouxe à tona novas demandas relacionadas não apenas ao acesso, mas também à permanência qualificada desses estudantes. A universidade, tradicionalmente estruturada a partir de uma lógica homogênea de ensino, precisa se reorganizar para atender às singularidades do processo de aprendizagem, oferecendo condições materiais, pedagógicas e humanas que garantam a equidade.

O estudante com deficiência busca conhecimento e formação acadêmica e profissional ao ingressar em uma universidade, e esta, por outro lado, enquanto espaço social e educacional, deve reafirmar seu compromisso com uma educação de qualidade, com direito à cidadania, a justiça social e a democracia, assumindo, desta maneira, um papel fundamental no crescimento pessoal e acadêmico do estudante e o dever de oportunizar a educação para todos. (Pereira et al. 2016, p. 149)

Assim, a discussão sobre acessibilidade no Ensino Superior transcende a dimensão legal e se coloca como um desafio ético, pedagógico e político, uma vez que envolve repensar práticas, currículos e relações dentro da universidade. Ao mesmo tempo, constitui-se como uma oportunidade de transformação institucional, pois ao promover inclusão, a universidade fortalece seu papel social e amplia a diversidade de olhares, experiências e saberes que compõem o espaço acadêmico.

Garantir o acesso pleno vai muito além do ingresso desses estudantes na universidade, envolve favorecer condições para a sua permanência e êxito acadêmico. Isso exige um processo contínuo de estudos, reflexão e adaptação das práticas de ensinar, reconhecendo que cada aluno tem um processo diferente de ensino-aprendizagem, e assim, construindo estratégias que favoreçam o seu sucesso acadêmico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que o atendimento educacional deve considerar as necessidades específicas dos alunos em todos os níveis de ensino, prevendo, quando necessário, apoio especializado. Para tanto, a legislação destaca a importância de alterações na estrutura e na organização escolar, incluindo a flexibilidade de currículos, metodologias e recursos, a formação de professores para o atendimento especializado, a possibilidade de terminalidade específica, a educação especial voltada para o trabalho e o acesso a programas sociais suplementares, dessa forma, entendemos que “embora a matrícula e a presença do acadêmico estejam legalmente amparadas por lei, certas atitudes por parte da universidade podem favorecer a inclusão, assim como podem dificultar a participação do mesmo no contexto universitário” (Pereira et al. 2016, p. 159).

Nesse contexto, a Universidade Federal de Pelotas conta com a atuação da Coordenação de Acessibilidade (COACE), que desempenha um papel fundamental na promoção de um ensino superior inclusivo. Entre suas frentes de trabalho, destaca-se o programa de tutorias acadêmicas, que oferece suporte personalizado aos estudantes com deficiência. Esse acompanhamento é construído a partir de uma escuta atenta e de um diálogo inicial, visando compreender as necessidades específicas de cada aluno e, a partir disso, planejar estratégias adequadas para o seu percurso acadêmico. O processo pode envolver encontros presenciais ou remotos, apoio nos estudos, orientação em

organização de rotinas ou ainda outras formas de suporte que favoreçam a aprendizagem e o bem-estar do estudante.

Importante destacar o relato de uma estudante atendida pela COACE, acompanhada pelo Programa de Tutoria por Pares: “Tenho deficiência auditiva, o que significa que consigo escutar um pouco, mas muitas vezes não compreendo tudo o que é dito em sala de aula. Essa condição traz desafios diários, principalmente quando há muito ruído no ambiente ou quando os professores falam rápido, de costas ou sem clareza. Nesse contexto, a presença da tutora foi fundamental para a minha permanência e para o meu desenvolvimento na universidade. Ela me ajudou a organizar os estudos, adaptar materiais e reforçar explicações que eu não conseguia captar totalmente durante as aulas. Muitas vezes, a tutora esteve ao meu lado para garantir que eu não perdesse informações importantes e para esclarecer dúvidas que surgiam justamente por causa das limitações na audição.

Além do apoio pedagógico, a tutora também teve um papel essencial na minha inclusão social. Graças a esse acompanhamento, pude participar de trabalhos em grupo, seminários e outras atividades acadêmicas sem me sentir excluída. Posso dizer que sem esse apoio, minha trajetória acadêmica teria sido muito mais difícil. A tutora reduziu as barreiras da comunicação, possibilitou o acesso ao conhecimento e fortaleceu minha autonomia como estudante com deficiência auditiva.”

A experiência da tutoria não se limita ao apoio acadêmico. Com o tempo, estabelece-se uma relação de confiança e afeto, marcada pelo reconhecimento da dimensão humana que atravessa o processo formativo.

Sendo assim, destaco o relato da experiência enquanto tutora: “Atuo como tutora da Coordenação de Acessibilidade há quase três anos e, ao longo desse período, vivi experiências que marcaram profundamente a minha trajetória pessoal e profissional. Posso afirmar que cada momento nesse espaço colaborou de forma significativa para a minha constituição enquanto ser humano, enquanto alguém que se preocupa genuinamente com o próximo e também enquanto futura pedagoga.

O trabalho desenvolvido junto aos alunos mostrou-se uma experiência muito rica e transformadora. Cada estudante atendido trouxe consigo um universo singular de possibilidades e aprendizados. Ao mesmo tempo em que buscava ensinar e auxiliar, percebia o quanto também aprendia em cada encontro. Foram oportunidades de crescimento mútuo, em que eu deixava um pouco de mim em cada um deles, e, em contrapartida, recebia contribuições valiosas para a minha própria formação. Essa vivência foi essencial para consolidar minha compreensão sobre o papel do educador. Lidar diariamente com pessoas de diferentes realidades, histórias e necessidades fez com que eu desenvolvesse um olhar mais sensível, atento e comprometido com a inclusão e a equidade no ensino. Pude perceber a importância de pensar em estratégias que não apenas acolham, mas também promovam a autonomia e a participação de todos os estudantes no processo educativo. Sem dúvida, essa trajetória foi, e continua sendo, fundamental para a minha formação enquanto professora. Aprendi que ensinar é, antes de tudo, um exercício de empatia, cuidado e escuta, e que a verdadeira educação acontece quando buscamos formas de tornar o ensino mais justo e acessível para todos.”

Muitas vezes, a tutora torna-se uma figura de referência não apenas para o estudante, mas também para sua família, fortalecendo vínculos que ultrapassam

o espaço universitário. Essa relação evidencia que a inclusão não se restringe a adaptações estruturais ou pedagógicas, mas se concretiza também na construção de redes de apoio baseadas na empatia, no respeito e no compromisso ético com a permanência e o sucesso acadêmico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os aspectos abordados, é possível afirmar que a inclusão e a acessibilidade no Ensino Superior ainda representam um desafio constante, mas também um caminho de grandes aprendizados e conquistas. A atuação da Coordenação de Acessibilidade (COACE) da Universidade Federal de Pelotas evidencia a importância de políticas institucionais que ultrapassem o discurso e se concretizem em práticas efetivas de apoio, garantindo não apenas o ingresso, mas principalmente a permanência dos estudantes com deficiência.

O Programa de Tutorias acadêmicas, nesse sentido, mostra-se uma estratégia potente, pois articula suporte acadêmico, afetivo e humano, assumindo um papel essencial nesse processo, pois carrega o compromisso de garantir o acesso e a permanência dos acadêmicos. Essa experiência reafirma a necessidade de compreender a universidade como um espaço de diversidade, em que cada estudante tem direito de se desenvolver integralmente e de ser reconhecido em suas singularidades.

Assim, conclui-se que a acessibilidade não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso ético e social que fortalece a educação e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, empática e democrática.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

PEREIRA, Rosamaria Reo et al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 147-160, 2016.